

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES

Recriando espaços de intervenção: uma cartografia dos socioeducandos no NASE – Linhares

DábilaThomes – Pitágoras Linhares;

Stephany Phaipher Borges – Pitágoras Linhares;

Michelly Pfeifer de Oliveira Machado- Pitágoras Linhares;

Vinícius Zocateli – Mestre, Professor Orientador – Pitágoras Linhares.

Resumo: Nosso relato de intervenção emergiu da disciplina de Estágio Básico II do curso de Psicologia da Faculdade Pitágoras de Linhares, e ocorreu no Núcleo de Atendimento Socioeducativo (NASE). As ações que foram construídas se sustentaram nos pilares do SINASE (2006). O projeto objetivou conhecer, a partir de encontros, a realidade dos jovens que frequentam o serviço da instituição, buscando possibilidades de intervenção; incentivá-los, a partir desses encontros, a produzirem autonomia dentro de suas relações; potencializá-los na assertividade de suas escolhas para seus projetos de vida e, por fim, estimular o fortalecimento de vínculos comunitários e com o próprio NASE. O projeto foi construído *a posteriori*, ou seja, a intervenção seguiu o modelo cartográfico, com a participação tanto dos profissionais da instituição como dos socioeducandos. Percebemos a importância do vínculo, sendo que um dos principais resultados foi a estabilidade da frequência de participação dos socioeducandos. Além disso, constatamos existir uma grande dificuldade no NASE, pois é comum a falta de verba, refletindo num desfalque na equipe e impossibilitando a realização de alguns projetos. Foi possível criar um espaço que ampliou as possibilidades de existir, de se recriar e de buscar entender os fatores circunstanciais que produzem a nossa realidade.

Palavras-chave: Socioeducação; Intervenção; Cartografia.

INTRODUÇÃO

O seguinte relato de intervenção emergiu diante das possibilidades que constitui a disciplina de Estágio Básico II – Práticas em Instituições, do curso de Psicologia da

Faculdade Pitágoras de Linhares. A escolha da instituição, o Núcleo de Atendimento Socioeducativo (NASE), se fez por afinidade pessoal nossa pelo trabalho realizado nos serviços de socioeducação. As ações que foram construídas se sustentaram nos pilares do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2006), que aponta para o investimento em medidas em meio aberto, contrapondo a tradicional ideia de que o rigor das medidas de internação aumentaria a eficiência do serviço. Dessa forma, o NASE se constitui como o espaço por excelência de realização de atividades que produzam empoderamento, autonomia e engajamento político.

A proposta inicial do estágio propõe que a realização do projeto de intervenção deva ser construída *a posteriori* e com a participação tanto dos profissionais da instituição como dos socioeducandos. Tal opção se embasa na Psicologia Social Comunitária, que aposta em uma construção coletiva de intervenção. É uma área recente da Psicologia e ainda pouco praticada pelos psicólogos, mesmo nos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que prevê em sua política norteadora a ação psicológica de maneira social-comunitária (ARENDRT, 1997). Dentro dessa perspectiva pensamos a comunidade popular como um território potente para o engendramento de forças micropolíticas, onde encontramos “um ambiente propício para que política e arte revelem-se em sua condição de potências da vida humana – potências de resistência e de invenção, respectivamente” (ROLNIK, 2003 apud ROCHA, 2012).

Não é uma escolha fácil, pois tradicionalmente o conceito de comunidade presente na maioria dos espaços remete à noção de iguais, grupos fechados, algo que inevitavelmente dispara técnicas biopolíticas de massificação e controle dos indivíduos. Partimos então em busca de um novo olhar sobre o conceito de comunidade e encontramos algo inovador no artigo de revisão bibliográfica de Rocha (2012):

“É nessa direção que procuramos nos alinhar com autores que se propõem a problematizar a vida em comunidade para além de suas segmentaridades, traçando sobre a comunidade linhas mais flexíveis que não operam divisões identitárias. Neste sentido, muitos autores tem falado do comum, que seria um plano das forças que habitam um território, mais que um plano das formas bem definidas e organizadas. Compreendemos que o comum e a comunidade, tal como ela é caracterizada nos estudos de psicologia comunitária, não se confundem entre si, pois apresentam disparidades e propõem modos diferentes de aproximação com os processos coletivos. Ao mesmo tempo, acreditamos que essas noções podem se encontrar e promover deslocamentos que favoreçam a abertura da psicologia à produção de diferenças e a fragmentação do todo unitário e identitário da comunidade que ela persiste em afirmar.”

Partindo dessa premissa e buscando uma ação pautada na ética e na inventividade, esse estágio justificou-se pela necessidade da expansão do campo da Psicologia Social

Comunitária, assim como seus métodos que apostam na produção de atores sociais por via de processos potentes de singularização por meio de promoção de resiliência, que consiste em criar fatores de proteção para os sujeito em situação de vulnerabilidade, permitindo que os mesmo possam reinventar-se a todo momento, ao invés de repetir formas estanques de ser e estar na vida.

Para tal, buscamos embasar nossa prática referenciando alguns conceitos e ideias importantes para nosso trabalho, tal como a adolescência, a lei do ECRIAD e as políticas de atenção à esse público reunidas no SUAS. Também foi importante estudar e compreender a história do NASE, instituição que atende os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

ECA, SUAS e SINASE: da invisibilidade à aposta no adolescente

Para melhor nos situarmos dentro da temática escolhida para esse projeto, foi necessário buscarmos conhecer os estudos e reflexões acerca do conceito de adolescência, sem, porém, ficar preso ao mesmo, ou seja, sem atuar buscando formas de homogeneização dos sujeitos dentro das características dessa fase.

A adolescência é uma fase biopsicossocial que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) vai dos 10 aos 19 anos, já para Organização das Nações Unidas (ONU) 15 aos 24 anos e para o Estatuto da Criança e Adolescente (ECRIAD) essa fase vai dos 12 aos 18 anos (EISENSTEIN, 2005).

Essa fase é acompanhada universalmente pelo desenvolvimento biológico, chamado de puberdade, que não pode se deixar de fora da compreensão global da adolescência. No entanto não é o único fator relevante no processo de desenvolvimento infância X adolescência, há também a necessidade de um desenvolvimento cognitivo e social, sendo assim um período de fortes mudanças que altera não só a relação do indivíduo com o mundo, mas também a sua relação familiar e social (FERREIRA; FARIAS; SILVARES, 2010).

Esse momento da vida é cercado por conflitos, e segundo Erikson (1968) citado por Papalia (2013), um desses conflitos é a confusão entre a busca de uma identidade singular em contrapartida a necessidade de se tornar útil a sociedade. Vemos aqui claramente a captura dos processos de singularização pelos modos de produção capitalista, definindo a utilidade dos modos de ser de acordo com o sistema econômico. O modo como se enfrenta esse emaranhado de mudanças e conflitos varia de acordo com cada indivíduo, cada

sociedade e cada cultura, tendo correlação direta nos fatores de risco e proteção que estão a disposição de cada adolescente (MACMILLAN et al., 2004 apud PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Visto isso em um país como o Brasil, com muita desigualdade social, onde 15% da população é adolescente, percebemos a necessidade de criar espaços que possibilitem aos jovens a criação de estratégias de enfrentamento para fatores de riscos comuns em nossa sociedade e que atingem principalmente aos pobres, negros e de baixa escolaridade (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

A partir das diversas demandas assistenciais presentes em nossa sociedade, é criado no Brasil o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais do país, tendo como modelo uma gestão participativa, articulando os esforços e recurso dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Tal política, criada na perspectiva de atuar nas desigualdades, preconceitos, violências, etc, pressupõe a acolha das demandas sociais e a criação de estratégias e de práticas inovadoras de transformação social (SUAS).

Diante da situação da juventude brasileira em conflito com a lei e dos diversos desafios para se trabalhar com tal fenômeno social, a sociedade organizada junto com diversos outros setores envolvidos com essa questão e o Estado brasileiro criam o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) enquanto um programa coordenado pelo SUAS e direcionado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O SINASE caracteriza-se como um sistema transversal, multidimensional e vinculado à capacidade de articular setores de políticas públicas (assistência social, saúde, educação, dentre outras) e organizações do Sistema de Justiça (Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar), considerando as relações de reciprocidade que cruzam setores e instituições, exigindo vínculos com a sociedade civil, como por exemplo, movimentos sociais, centros de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Organizações Sociais (GOMES, 2012). Tais articulações objetivam que o adolescente já em conflito com a lei deixe de ser considerado um problema para ser compreendido como uma prioridade social (SINASE, 2006).

NASE Linhares: uma história recente

A ideia de implantação de um centro de atendimento para medidas em meio aberto em Linhares teve início em 2006, sendo discutida até 2008, ano que ocorreu a implantação do serviço no município, recebendo o nome de NASE, Núcleo de Atendimento Socioeducativo.

A justificativa para se ter um NASE no município foi embasada na grande quantidade de adolescentes que possuía, com cerca de 15130 jovens, sendo que 100 desses estavam cumprindo medida em meio aberto. Devido a falta de uma instituição que regularizasse esse serviço, eles eram apenas acompanhados pelos comissários judiciais. Para provar que os adolescentes estavam cumprindo a medida, estes assinavam um documento perante o comissário e logo eram liberados. Não havia, dessa forma, uma efetiva política de socioeducação como prevista pelo documento nacional que regulamenta as práticas de liberdade assistida, o SINASE.

A partir da implementação desse serviço, diversas portas se abrem para o trabalho junto a esses jovens, o que inclui a promoção de acesso à serviços e direitos básicos, como educação, saúde, lazer, formação, etc. Porém, desde a inauguração o serviço vem lutando para implementar políticas que buscam contradizer a lógica do enclausuramento e da punição vingativa, ações essas que já são consideradas fracassadas até mesmo no modelo adulto. Assim a instituição vem ao longo desses anos tentando e lutando para que suas ações possam ser efetivadas e receber respaldo e apoio da sociedade, o que viria a fortalecer o sistema de socioeducação.

Diante dessa realidade, a instituição busca desenvolver um trabalho com os adolescentes que devem cumprir as medidas socioeducativas apontadas pelo juizado da infância e juventude, sendo, portanto, desenvolvidas oficinas das mais diversas, os serviço à comunidade, os atendimentos psicossociais e a criação e o acompanhamento do plano individual.

OBJETIVOS

O projeto objetivou conhecer, a partir dos encontros, a realidade dos jovens que frequentam o serviço da instituição, buscando possibilidades de intervenção; incentivá-los, a partir desses encontros, a produzirem autonomia dentro de suas relações; potencializá-los na assertividade de suas escolhas para seus projetos de vida e estimular o fortalecimento de vínculos comunitários e com o próprio NASE. Assim, pretendeu-se promover processos de singularização que como descritos por Guattari (1986) citado por Rocha (2012). Tais

processos são diferentes de processos de individualização, pois estes buscam enquadrar indivíduos dentro de valores, hábitos, crenças e desejos pré estabelecidos como que uma fabricação de blocos serializados, onde a busca por signos identitários se coloca mais importante do que a autonomia. Nosso objetivo busca incitar processos de singularização, nos quais os sujeitos possam criar modos singulares de existência e de estar no mundo.

Nosso fazer visou construir um projeto *a posteriori*, ou seja, a realização da intervenção foi construída com a participação tanto dos profissionais da instituição como dos socioeducandos, mediante uma atitude cartográfica junto a esses atores.

METODOLOGIA

O acompanhamento dos processos disparados requereu uma atenção às forças, saberes e práticas que estão instituídas e aos analisadores que foram surgindo durante os encontros, visto que estes não são dados de antemão. Embasamos nossa prática no pressuposto de que a pesquisa/intervenção cartográfica consiste no acompanhamento de processos, partindo da afirmação de uma construção coletiva de conhecimento e não na representação de objetos (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). Esse método é utilizado pela Psicologia Social Comunitária principalmente por sua característica de intervenção *a posteriori* que após conhecer, levantar, descrever e caracterizar as necessidades da população e sua dinâmica de vida pensam e constroem junto a esses sujeitos propostas do que pode vir a ser feito de acordo com a demanda (FREITAS, 1998).

Assim estabelecemos os encontros junto aos socioeducandos nas quintas-feiras à tarde, mediados primeiramente pelo CineNASE, espaço de exibição e discussão de filmes. A partir desses encontros, produzimos diários de campo repletos de analisadores que nortearam a construção conjunta dos próximos encontros, paulatinamente. Encontros esse que foram buscando, junto aos jovens e trabalhadores do NASE, a construção e implementação de atividades que promovessem encontros de pluralidades, ampliando as possibilidades de singularização e efetiva resignificação de si e sua relação com o mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A forma de trabalho que aplicamos e que fomos construindo ao longo da execução do projeto está embasada no que Freitas (1998) aponta: que a inserção do psicólogo na

comunidade tem acontecido de dois modos distintos. Um modo, onde os objetivos de trabalho são construídos sem conhecer a realidade que pretende trabalhar, ou seja, são construídos *a priori* e o outro, o qual optamos como método, que é a criação de objetivos de trabalho após entrar em contato com a comunidade, uma construção *a posteriori*. Com a finalidade de conhecer e criar algum vínculo com os jovens usuários do serviço, iniciamos nossas atividades com exibição de filmes, porém não ficamos engessadas nessa atividade, tentamos acompanhar o interesse do grupo. Consequentemente, as oficinas se tornaram mais amplas, uma vez que conduzimos as ações conforme o entusiasmo dos socioeducandos, as possibilidades e inovações nos apontavam.

A partir da atuação na instituição, criamos confiança em nossas ações. As supervisões de estágio e leitura também foram de grande importância durante o estágio.

Nesta intervenção, percebemos a importância da criação de vínculo. Isso só foi possível por se reconhecer os socioeducandos na sua condição de sujeito, que fala, julga e deseja. Nossa relação estabelecida com os socioeducandos vai ao encontro do que diz o SINASE (2006), uma vez que buscou o respeito, sem recorrer a palavras ofensivas ou qualquer tipo de desqualificação, visando cuidar do bem-estar da coletividade, sem ameaçar a individualidade. Buscamos, com isso, restabelecer a confiança na relação social entre os adolescentes e a equipe. Em nossos encontros compartilhamos experiências do nosso dia a dia no intuito de haver troca, aprendendo, assim, com nossas vivências e erros. Isso pôde ser percebido claramente na primeira vez que levamos jogos de tabuleiro, momento descontraído, em que os socioeducandos se sentiram à vontade para falar de suas individualidades e realidades de vida.

O SINASE (2006) também aponta para a responsabilidade que temos de apresentar caminhos aos adolescentes, assim, uma de nossas ações foi acompanhar os socioeducandos à Conferência do Direito da Criança e do Adolescente. Dessa forma o vínculo estabelecido entre nós permitiu que fosse discutido o assunto proposto pela conferência, esclarecendo dúvidas e apontando caminhos, como encontrar meios para conseguir formação e/ou um emprego.

Um dos principais resultados de nossa intervenção pôde ser percebido na estabilidade da frequência de participação dos socioeducandos, o que segundo a equipe do NASE, já não acontecia há algum tempo.

Além disso, ao longo do estágio constatamos existir uma grande dificuldade da equipe do NASE para executar um trabalho de qualidade, pois presenciávamos uma rotineira falta de verba para a instituição, refletindo num desfalque na equipe e impossibilitando a realização de alguns projetos e a elaboração de outros. Tem-se, portanto, uma sobrecarga de tarefas dos colaboradores.

Constatamos ainda a falta de espaço de lazer público para os jovens tanto na referida instituição quanto no restante do nosso município. Sabemos que o acesso ao lazer, à cultura, à educação e ao esporte são direitos das crianças e adolescentes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL,1990) e visam ao desenvolvimento pessoal e social desses, ou seja, são fatores de proteção, de promoção de cidadania. E como “obrigamos” que tais adolescentes respeitem à lei se os seus direitos básicos não são garantidos? A atenção ao adolescente deve configurar-se em espaços, como no que atuamos, nos quais se busca dar assistência e promover cuidado juntamente com a promoção da saúde e bem-estar, visando sempre as transformações focalizadas nos aspectos de humanização e de formação de sujeito e de sua cidadania (QUEIROZ; RIBEIRO; PENNAFORT, 2010). Neste sentido, denotamos que ações voltadas a esse público devem ter consonância com a demanda exposta pelos mesmos, tal qual buscamos nos encontros.

Um fato interessante encontrado nesse trabalho é justamente a dificuldade de os jovens assumirem esse espaço onde se demanda. Nas ocasiões em que isso foi possível, as relações se davam mais intensamente. Em situações contrárias, a demanda se resumia em, de alguma forma, se manter distante do NASE. Tal fato se apresenta aos nossos olhos como o efeito do que Foucault (2011) chama de docilização. Ou seja, diante de tantas histórias de vida que perpassavam as tradicionais instituições disciplinares, esses jovens precisariam se perceber como sujeitos autônomos em espaços como o nosso, que tenta lhe permitir isso. Percebíamos isso quando, algumas vezes, após abriremos espaços para que os jovens se colocassem, o resultado era: “tanto faz; pode ser qualquer coisa; ir pra casa dormir”. Tal fato sofreu uma inversão quando os diversos jogos passaram a fazer parte dos encontros.

A experiência que esse estágio nos trouxe foi significativa, mudando, por exemplo, nossa maneira de perceber os adolescentes em conflito com a lei, o que só foi possível graças ao método que utilizamos nos encontros, sem demonstrar preconceitos e indiferenças. Por

fim, foi possível criar no NASE um espaço que esses jovens desconheciam e o qual eles reafirmaram a importância nos últimos encontros. Espaço esse que ampliou as possibilidades de existir, de se recriar e de buscar entender os fatores circunstanciais que produziram essa realidade a que todos estamos expostos.

Além disso, nosso trabalho aponta para a necessidade urgente da valorização dos serviços socioassistenciais por parte do poder público e da sociedade. Diversas atividades e propostas acabam não obtendo o resultado esperado por falta de apoio governamental e também muitas vezes, pela forma discriminativa que a sociedade trata esse público. Portanto, é urgente ações políticas e sociais que venham a fortalecer o sistema, ampliando o alcance das ações afirmativas nessa área, multiplicando e potencializando projetos como este, que, de propósito, se coloca na contra mão do senso comum estigmatizador e excludente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, R. J; Psicologia comunitária: teoria e metodologia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 10, núm. 1, Rio Grande do Sul, 1997.

BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: Conanda, 2006.

COSTA, L. F.; BRANDÃO S. N.; **Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora**. Brasília. *Psicologia & Sociedade*; 17 (2): 33-41; mai/ago 2005.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência & Saúde**, volume 2 nº 2. Rio de Janeiro, junho 2005.

FERREIRA, T. H. S.; FARIAS, M. A.; SILVARES, E. F. M. **Adolescência através dos séculos**. São Paulo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol. 26 n. 2, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREITAS, M. de F. Q. **Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo**. *Psicologia Reflexiva Crítica*. Vol. 11. n.1, Porto Alegre 1998.

GOMES, M. R. S. **Relação suas/sinase na revisão do Marco regulatório – lei 12435/2011 e lei 12594/12: comentários críticos.** Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade (6): 73-86, São Paulo, 2012.

QUEIROZ, M.V.O.; RIBEIRO, E.M.V.; PENNAFORT, V.P.S. Assistência ao adolescente em um serviço terciário: acesso, acolhimento e satisfação na produção do cuidado. **Texto & contexto enferm**; 19(2):291-299, abr.-jun. 2010.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R.D. **Desenvolvimento Humano.** Artmed. 12ª Ed, 2013.

PASSOS, E. ; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Rio de Janeiro; Ed. Sulina, 2009.

ROCHA, T. G. Discutindo o conceito de comunidade na psicologia para além da perspectiva identitária. **Global Journal of Community Psychology Practice**, Vol 3, n.4, 2012.

_____, Sistema **Único de Assistência Social – SUAS.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>> Acessado em 20/09/2014.

SCHIMITH, M.D; LIMA, M.A. D. S. Acolhimento e vínculo em uma equipe do Programa Saúde da Família. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(6):1487-1494, nov-dez, 2004.